

ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



12
2025



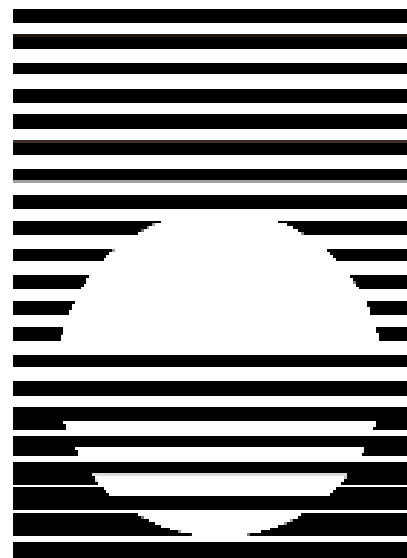
CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento de notícias relacionadas aos temas de pesquisa do Observatório Político Sul-Americano (OPSA).

O grupo monitora a política externa e a política doméstica dos países da América do Sul e elabora, na forma de eventos, uma síntese dos acontecimentos que têm importância para as relações regionais.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação de Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP-UERJ).



Corpo Editorial

Editor Executivo: Guilherme Fritz.

Conselho Editorial: Diogo Ives de Quadros, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque.

Editoria de Redação: Beatriz Bandeira de Mello, Débora Bedim, Diogo Ives de Quadros, Ghaio Nicodemos Barbosa, Guilherme Fritz, Jefferson Nascimento, Júlia Furtado, Marília Closs, Matheus Petrelli, Lucas Berti, Stephanie Braun, Thaís Jesinski Batista.

O Observatório Político Sul-Americano (OPSA) está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).
Rua da Matriz 82, Botafogo
Rio de Janeiro, RJ
CEP: 22260-100 – Brasil
Tel: +55 (21) 2266-8300

OPSA
opsa.com.br



SUMÁRIO

Página 04

Tensões entre EUA e Venezuela aumentam com primeiro ataque em solo, enquanto opositora sai do país para receber o Nobel da Paz

Brasil reitera disposição de mediar tensão entre EUA e Venezuela

Governo equatoriano aumenta cooperações internacionais em segurança

Página 05

Irfaan Ali anuncia novo acordo militar com os Estados Unidos em meio às tensões no Mar do Caribe

Paraguai e Estados Unidos assinam acordo de cooperação militar

Página 06

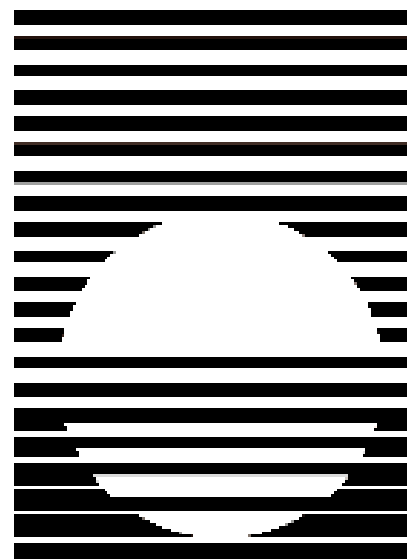
Paraguai assume a presidência pro tempore do Mercosul

Cúpula do Mercosul termina sem assinatura de acordo com União Europeia e com impasse sobre Venezuela

Página 07

José Antonio Kast é eleito presidente do Chile

Congresso do Peru aprova medidas e define rumos de sua política interna e externa



Tensões entre EUA e Venezuela aumentam com primeiro ataque em solo, enquanto opositora sai do país para receber o Nobel da Paz

A tensão entre EUA e Venezuela continuou a crescer em dezembro. No dia 3, o presidente venezuelano, Nicolás Maduro, confirmou a ocorrência de uma conversa telefônica com o presidente estadunidense Donald Trump no mês de novembro. Segundo Maduro, a ligação foi feita por Trump e transcorreu de forma “respeitosa e cordial”. Apesar da conversa, no dia 2 de dezembro, Trump declarou que iniciaria ataques em terra na Venezuela. Um dia depois, o Departamento de Estado dos EUA emitiu um comunicado orientando que cidadãos estadunidenses deixassem imediatamente a Venezuela. Em seguida, no dia 17 de dezembro, a Câmara dos Deputados dos EUA rejeitou uma resolução que impedia que o Executivo realizasse ações militares na Venezuela sem autorização do Congresso. Por fim, no dia 29 de dezembro, Trump confirmou que os EUA realizaram o primeiro ataque em terra na Venezuela cinco dias antes, em 24 de dezembro. O alvo foi uma área portuária na costa do país, que seria usada por narcotraficantes. Em meio à crescente tensão entre os dois países, a principal representante da oposição a Maduro, Maria Corina Machado, saiu da Venezuela em direção à Noruega, onde receberia o Prêmio Nobel da Paz. Contudo, ela não conseguiu chegar a tempo para a cerimônia, na qual foi representada por sua filha. A opositora não aparecia publicamente na Venezuela desde que perdeu as eleições presidenciais de julho de 2024. Machado saiu de barco do país, tendo tido que alertar a Marinha estadunidense para que sua embarcação não fosse alvejada pelo cerco que Trump impõem à Venezuela.

Fontes: [Página 12](#), 03/12/2025; [Opera Mundi](#), 04/12/2025; [G1](#), 04/12/2025; [G1](#), 10/12/2025; [Efecto Cocuyo](#), 11/12/2025; [Opera Mundi](#), 18/12/2025; [G1](#), 30/12/2025.

Brasil reitera disposição de mediar tensão entre EUA e Venezuela

No dia 23 de dezembro, o Conselho de Segurança das Nações Unidas realizou uma reunião de emergência para discutir a presença militar crescente dos EUA no litoral da Venezuela. A reunião havia sido solicitada no dia 17 de dezembro pelo governo de Nicolás Maduro, que classificou a movimentação como

uma agressão por parte dos EUA. Na sessão, China e Rússia criticaram a conduta dos EUA. Por sua vez, o Brasil, representado pelo embaixador Sérgio Danese, classificou a ação militar e o bloqueio naval anunciado recentemente por Donald Trump como uma violação da Carta das Nações Unidas, devendo, portanto, ser cessados imediata e incondicionalmente. Danese defendeu o uso de instrumentos políticos e jurídicos para solucionar a tensão e afirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seu governo estão dispostos a colaborar se necessário para criar consentimentos mútuos entre EUA e Venezuela. Antes de ocorrer a reunião, no dia 11 de dezembro, Lula teve uma conversa por telefone com Maduro, na qual reiterou o interesse do Brasil em contribuir para a paz na região do Caribe. Além disso, no dia 2 de dezembro, Lula também conversou por telefone com Trump, a quem disse que, caso os EUA tenham interesse em conversar com a Venezuela, o Brasil teria como ajudar.

Fontes: [Valor Econômico](#), 11/12/2025; [UOL](#), 17/12/2025; [Agência Brasil](#), 17/12/2025; [G1](#), 23/12/2025; [Folha de S. Paulo](#), 24/12/2025.

Governo equatoriano aumenta cooperações internacionais em segurança

Em 12 de dezembro, o presidente do Equador, Daniel Noboa e o presidente interino do Peru, José Jerí, assinaram um acordo para combater o crime organizado, com foco na mineração ilegal e na violência das organizações narcotraficantes nas fronteiras. Ambos os países concordaram em reforçar o controle da fronteira de 1.500 km e melhorar a segurança nas áreas afetadas por esses problemas. Os dois líderes também discutiram formas de garantir o abastecimento de combustíveis e o intercâmbio de petróleo e gás natural. Além disso, em 17 de dezembro, o Equador iniciou uma operação militar conjunta com os Estados Unidos em Manta, para combater o narcotráfico. Essa operação faz parte de uma estratégia bilateral de segurança e visa fortalecer as capacidades do país no combate às organizações transnacionais. Mesmo após a derrota no referendo nacional realizada em 16 de novembro, que manteve a proibição de bases estrangeiras no país, o presidente Noboa tem buscado novas formas de envolver forças militares estrangeiras como parte de sua estratégia de segurança nacio-

nal. Além dessas parcerias, no dia 24 de dezembro, o Equador fechou diversos pontos de passagem nas suas fronteiras com a Colômbia e o Peru, como tentativa de controlar o fluxo de migração irregular e reduzir a violência. O país tem enfrentado uma escalada de crimes violentos, com mais de 4.600 homicídios registrados apenas no primeiro semestre de 2025. O presidente do Chile, José Antonio Kast, também visitou o Equador em 23 de dezembro, onde conversou com Noboa o combate ao narcotráfico e à migração irregular, especialmente de venezuelanos. Os dois líderes reafirmaram a importância de uma ação conjunta para enfrentar esses problemas.

Fontes: [Deutsche Welle](#), 13/12/2025; [CNN Latinoamérica](#), 17/12/2025; [Deutsche Welle](#), 24/12/2025; [France 24](#), 25/12/2025.

Irfaan Ali anuncia novo acordo militar com os Estados Unidos em meio às tensões no Mar do Caribe

No dia 10 de dezembro, o presidente da Guiana, Irfaan Ali, anunciou que seu país assinou mais um acordo de cooperação militar com os Estados Unidos. O pronunciamento revelou o objetivo em aprofundar a cooperação entre ambos os países no combate ao tráfico transnacional e em outras questões que envolvam aspectos militares. Na ocasião, Ali divulgou o acordo ao lado de Joseph Humire, Subsecretário Adjunto de Defesa. Humire foi ex-militar e é um analista de segurança conhecido por sua atuação na formulação de estratégias alinhadas aos interesses estadunidenses. É considerado especialista em segurança e defesa, sobretudo no que se refere ao Hemisfério Ocidental. Seu trabalho tem se dedicado a evidenciar ameaças oriundas de governos classificados como “autoritários” por Washington — entre eles, os governos da Venezuela e de Cuba. O acordo foi feito em um momento de aumento das tensões no Mar do Caribe, justamente devido à ofensiva estadunidense à Venezuela. A questão é que o acordo com a Guiana não é um caso isolado, mas sim mais um acordo bilateral que amarra uma constelação de países à dinâmica política estadunidense, como, por exemplo, Paraguai, Equador, Peru, Trinidad e Tobago, entre outros — um ecossistema cuja hierarquia é evidente. A aliança com a Guiana faz parte do projeto estratégico Lança do Sul, cujo objetivo é engajar os membros da

CARICOM no projeto geopolítico estadunidense. Longe de ser uma ofensiva de cunho espontâneo e isolado, vale lembrar que, desde 2020, com o Acordo Shiprider, os Estados Unidos possuem autorização para navegar nas águas da Guiana em nome do combate ao tráfico transnacional. Portanto, a atual revitalização da Doutrina Monroe, anunciada pela Casa Branca em novembro, pode ser encarada como um processo em ondas e com o objetivo de cercar estrategicamente a Venezuela de Nicolás Maduro.

Fontes: [Department of Public Information](#), 27/09/2020 [The Federal Newswire](#), 10/06/2025; [Exame](#), 10/12/2025; [The Guardian](#), 23/12/2025.

Paraguai e Estados Unidos assinam acordo de cooperação militar

O dia 15 de dezembro foi marcado pelo encontro entre o ministro das relações exteriores do Paraguai, Rubén Ramírez Lezcano, e o secretário de Estado dos Estados Unidos (EUA), Marcos Rubio. Em tal ocasião, os representantes firmaram um acordo de cooperação militar, segurança e luta contra o crime organizado transnacional e o terrorismo. Tratou-se da assinatura do Status of Forces Agreement (SOFA), que prevê a atuação de militares americanos no Paraguai e regulamenta a atuação de militares e civis do Departamento de Defesa dos EUA em países estrangeiros. De acordo com o governo estadunidense, o objetivo do acordo consiste em facilitar respostas conjuntas a interesses de segurança regional em comum. Segundo Rubio, “o Paraguai é um dos aliados mais fortes que o governo dos EUA tem no mundo, sobretudo na região”. Por sua vez, Lezcano pontuou que o tratado versa sobre atividades que abarcam os âmbitos de treinamento conjunto das forças de segurança, assistência humanitária, fortalecimento das capacidades de defesa nacional e outras atividades “mutualmente consensuadas”. Em princípio, não foi acordada a autorização de operações armadas ou a criação de bases dos EUA no país. Lezcano ressaltou que tal acordo é importante por fortalecer as relações bilaterais entre ambas as nações em diversos aspectos, não apenas em questões de segurança e que “sempre servirá em benefício direto da segurança e do bem-estar da cidadania no Paraguai”. Por sua vez, o ministro da Defesa do país, Óscar González, afirmou que o acordo marca um antes e um depois no fortalecimento do relacionamento bilateral e fri-

sou que todas as decisões tomadas serão pautadas na soberania da nação e nas decisões que o Estado paraguaio tome.

Fontes: [La Nación](#), 15/12/2025; [Estadão](#), 15/12/2025; [La Nación](#), 17/12/2025.

Paraguai assume a presidência pro tempore do Mercosul

No dia 20 de dezembro foi realizada, em Foz do Iguaçu (Brasil), a 67ª Cúpula dos chefes de Estado membros do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Na ocasião, o Brasil finalizou seu mandato na presidência pro tempore e o presidente do Paraguai, Santiago Peña, esteve presente para dar início à transição. Essa é a segunda vez que Peña assume a presidência do bloco, tendo sido a primeira de 7 de dezembro de 2023 a 8 de julho de 2024. De acordo com palavras do presidente paraguaio, “o Mercosul é uma verdadeira potência mundial; nós, os países da América do Sul, somos uma verdadeira potência mundial, mas devemos deixar de ser o continente das oportunidades perdidas”. Acerca da assinatura do acordo comercial Mercosul-União Europeia, em negociação por mais de 26 anos, havia grande expectativa de que fosse firmado na ocasião da 67ª Cúpula. Entretanto, a assinatura foi adiada por partes europeias para janeiro de 2026. A União Europeia não obteve o apoio necessário de todos os seus membros (especialmente da França e da Itália) e houve protestos violentos de agricultores europeus que se colocavam contra a concorrência com produtos sul-americanos. Assim, por mais frustração que tenha ocasionado, o presidente do Paraguai foi um dos líderes a adotar uma postura denominada como “paciência construtiva”, que enfatiza que o acordo se mantém como uma prioridade estratégica para a nova presidência do bloco. Nesse sentido, fontes diplomáticas indicaram para a agência de notícias AFP que a Comissão Europeia pretende firmar o acordo com o Mercosul no dia 12 de janeiro. Todavia, para além das tratativas com a União Europeia, Peña defendeu a realização de acordos com outros parceiros, como o Oriente Médio e com a Ásia, afirmando que “a integração não pode ficar somente nos discursos, deve ser traduzida em ações concretas e em benefícios tangíveis para nossos povos”. Ademais, o presidente paraguaio defendeu a necessidade de que se estabeleça uma agenda pragmática e focada na justiça e igualdade, bem como

por “um bloco justo, moderno e de oportunidades reais”.

Fontes: [La Nación](#), 20/12/2025; [Gov.br](#), 20/12/2025; [La Nación](#), 20/12/2025; [La Nación](#), 20/12/2025; [Agrofy](#), 22/12/2025.

Cúpula do Mercosul termina sem assinatura de acordo com União Europeia e com impasse sobre Venezuela

Entre os dias 19 e 20 de dezembro, representantes de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai se reuniram em Foz do Iguaçu por ocasião da 67ª Cúpula de Presidentes do Mercosul. Os dois temas principais do encontro foram: o acordo comercial com a União Europeia e a crise entre Estados Unidos e Venezuela. Quanto ao acordo, a expectativa brasileira era a de anunciar sua assinatura durante a Cúpula, mas isso não aconteceu devido a recentes movimentações na Europa. No final de novembro, a Assembleia Nacional da França aprovou uma resolução que pedia pela rejeição do acordo e, em encontro com empresários, o presidente francês, Emmanuel Macron, afirmou novamente que o texto precisava de melhorias. No dia 8 de dezembro, a Comissão Europeia votou novas medidas de salvaguarda para importações agrícolas ainda mais rígidas do que as aprovadas em outubro deste ano, desta vez com a inclusão de uma cláusula de reciprocidade. O bloco emitiu um comunicado afirmando que reforçará o controle sobre as importações agrícolas, em consonância com a posição francesa, que exige ainda maior controle sobre os setores de carne e frango. No dia 18, manifestantes se reuniram em Bruxelas para pressionar líderes europeus contra a assinatura do acordo. Na Itália, a primeira-ministra Giorgia Meloni afirmou ao parlamento que seria “premature” para a União Europeia assinar o acordo com o Mercosul, ampliando o lobby agrícola, que também conta com o apoio de Polônia e Hungria. Com os impasses, no início da Cúpula, o presidente Lula recebeu uma carta, enviada pela Comissão Europeia e o Conselho Europeu, com a confirmação do compromisso para concluir os trâmites internos até janeiro de 2026. Com o adiamento da assinatura, o bloco sul-americano quer avançar para a concretização do acordo comercial com os Emirados Árabes e abrir novas negociações com Reino Unido, Malásia, El Salvador e República Dominicana. Nesse aspecto,

Argentina e Uruguai pressionam por negociações mais céleres que permitam uma maior flexibilidade aos membros do Mercosul. Já no caso envolvendo Venezuela e Estados Unidos, enquanto o presidente do Brasil foi contrário a uma intervenção militar na região posicionando-a como uma possível “catástrofe humanitária”, o presidente argentino elogiou a pressão de Donald Trump sobre a Venezuela. A declaração final da Cúpula não mencionou o país caribenho e em um movimento paralelo, os líderes da Argentina, do Paraguai e do Panamá emitiram uma nota pedindo pela “volta da democracia” na Venezuela.

Fontes: [CNN Brasil](#), 27/11/2025; [Terra](#), 29/11/2025; [G1](#), 8/12/2025; [UOL](#), 9/12/2025; [UOL](#), 10/12/2025; [CNN Brasil](#), 17/12/2025; [CNN Brasil](#), 18/12/2025; [CNN Brasil](#), 20/12/2025; [CNN Brasil](#), 20/12/2025; [CNN Brasil](#), 20/12/2025; [Infobae](#), 20/12/2025.

José Antonio Kast é eleito presidente do Chile

No dia 14 de dezembro, os eleitores chilenos foram às urnas para votar no segundo turno da eleição presidencial do país andino, após nenhum candidato ter alcançado a maioria absoluta no primeiro turno, que aconteceu em 16 de novembro. Jeannette Jara, da coalizão governista de esquerda Unidad por Chile, e o expoente da ultradireita, José Antonio Kast, do Partido Republicano, disputaram a presidência do Chile para um mandato de quatro anos. Desde as primeiras horas de votação, os dados divulgados pelo Servicio Electoral de Chile (Servel) indicavam uma vantagem clara para Kast, que foi confirmada com a apuração de todas as mesas. José Antonio Kast foi eleito presidente com aproximadamente 58,2% dos votos, contra 41,8% de Jeannette Jara. O triunfo de um projeto de governo conservador, fortemente pautado por questões de segurança pública e ordenamento migratório, aconteceu com alta participação popular - cerca de 13,4 milhões dos 15 milhões de eleitores habilitados votaram nesta etapa do processo eleitoral. A vitória de Kast representa a primeira vez que um político identificado com posições autoritárias praticadas na ditadura de Pinochet ocupa o cargo de presidente do Chile desde a redemocratização na década de 1990. Kast encontra respaldo no Parlamento. Nas eleições parlamentares, que aconteceram em 16 de novembro, a direita triunfou. As coalizões Cambio por Chile, de ultradireita, e Chile Grande y Unido,

da direita tradicional, obtiveram 76 assentos na Câmara de Deputados e 25 no Senado. A coalizão governista, Unidad por Chile, assegurou 61 assentos na Câmara de Deputados e 20 assentos no Senado. No dia 15 de dezembro, José Antonio Kast se reuniu com o presidente em exercício, Gabriel Boric, para discutir a transição de governo. A equipe de Kast reforçou que o presidente eleito pretende agilizar o processo de transição e assumir as responsabilidades governamentais rapidamente a partir de 11 de março, com um programa que dará prioridade a questões centrais da campanha, como segurança pública e reformas institucionais. Sobre o encontro com Kast, Boric afirmou que, embora defendam princípios e valores diferentes, o Chile os une.

Fontes: [El País](#), 17/11/2025; [El País](#), 15/12/2025; [Servel](#), 15/12/2025; [La Tercera](#), 21/12/2025.

Congresso do Peru aprova medidas e define rumos de sua política interna e externa

No dia 3 de dezembro, o Congresso do Peru aprovou a inabilitação por dez anos de Delia Espinoza, então fiscal da nação, cargo equivalente ao de procurador-geral no Brasil. A medida foi inicialmente aprovada na Subcomissão de Acusações Constitucionais. Entretanto, a suspensão foi rejeitada em primeira votação no plenário. Após a rejeição inicial, a medida foi aprovada em plenário, com apoio majoritário dos parlamentares. Dados divulgados posteriormente indicaram que parte dos congressistas que votaram a favor da inabilitação responde a investigações. Pesquisas divulgadas pela organização Proética apontaram que o Congresso é percebido pela maioria da população como a instituição mais corrupta do país. No campo da política externa e de defesa, o Congresso aprovou, no dia 3 de dezembro, uma autorização para o ingresso de tropas militares dos Estados Unidos em território peruano durante o ano de 2026. A medida prevê a atuação de forças estrangeiras para cooperação militar em exercícios conjuntos e ações de apoio previamente autorizadas pelo Legislativo peruano. Nesse contexto, em reunião recente do chanceler peruano Hugo de Zela com autoridades estadunidenses, o governo de Donald Trump mencionou o Peru como possível aliado estratégico fora da OTAN no âmbito da Estratégia de Segurança Nacional publicada pelo governo

dos EUA. Já no contexto das eleições de 2026, 29 partidos políticos firmaram o pacto ético eleitoral promovido pelo Júri Nacional de Eleições, que atua como Tribunal Eleitoral no Peru. O pacto, assinado no dia 18 de dezembro, consiste em um compromisso entre as legendas para respeitar as normas eleitorais, promover campanhas sem desinformação, acatar os resultados oficiais do pleito, entre outras medidas. Encerrado o prazo para registro das candidaturas, no dia 23 de dezembro, 35 partidos apresentaram chapas presidenciais. Deste total, 18 tiveram suas chapas impugnadas em razão do descumprimento de requisitos previstos na legislação, cabendo ainda apresentar recursos. O processo de avaliação das candidaturas segue em andamento e integra as etapas previstas para a realização das eleições de 2026.

Fontes: La República, [03/12/2025](#); [03/12/2025](#); [04/12/2025](#); [05/12/2025](#); [08/12/2025](#); [11/12/2025](#); [12/12/2025](#); [18/12/2025](#); [24/12/2025](#); [28/12/2025](#).

